



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

27/06/2015 ATÉ 27/06/2015



INDÍCE

1	EXECUÇÕES PENAIS	
1.1	SITE CNJ.....	1
2	FUNDAÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	
2.1	BLOG DO NETO FERREIRA	2

Presidente do Tribunal lança Fundação da Cidadania e Justiça

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, realizou, na tarde de ontem quinta-feira (25), o lançamento da Fundação da Cidadania e Justiça, entidade pública criada por lei para subsidiar a formulação de políticas e o desenvolvimento de atividades de suporte à Casa Abrigo e à Casa da Criança.

As casas são os dois principais projetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e parceiros, atuando desde 1997 na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes em situação de risco.

O lançamento aconteceu no canteiro de obras do prédio onde funcionará a sede própria da Casa da Criança, prevista para ser inaugurada no próximo dia 12 de outubro.

Criada pela Lei 9.324/2010, a Fundação da Cidadania e Justiça tem a finalidade de acolher, oferecer assistência médica e psicológica, alimentação, vestuário, atividades profissionalizantes e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e eventuais filhos menores que venham a ser abrigados.

Quanto às crianças vítimas de abandono familiar, tem o papel de acolher e oferecer os mesmos serviços, além de atividades pedagógicas e educativas e proteção, até a adoção ou retorno ao lar.

"Esse trabalho é de real alcance social em favor de pequenas e indefesas vítimas de maus-tratos e outras iniquidades, que as atingem a partir do ambiente familiar", explicou.

A magistrada ressaltou a imensa quantidade de crianças em situação de risco, e que necessitam de acolhimento e atenção em um ambiente em que possam superar os danos físicos e psicológicos sofridos.

Juízes e procuradores do Maranhão preparam Semana de Execuções Fiscais em São Luís

A Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão (PGE) e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) farão um levantamento da quantidade de processos judiciais de cobrança de tributos na capital e os valores dos débitos para apresentar acordos aos devedores. As propostas serão feitas durante a 1ª Semana de Execuções Fiscais que a 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís realizará entre 11 e 15 de maio no Fórum Desembargador Sarney Costa. A iniciativa integra o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e já implantado pela unidade judiciária.

A logística da Semana de Execuções Fiscais e os objetivos do programa foram apresentados durante reunião entre os juízes José Edilson Caridade Ribeiro, Raimundo Nonato Neris Ferreira e Cleonice Conceição do Nascimento (8ª, 9ª e 10ª Varas da Fazenda) e os procuradores do estado na segunda-feira (23/3) no Fórum Desembargador Sarney Costa. Participaram do encontro também o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, e os juízes corregedores José Américo Costa e Francisca Galiza.

Os magistrados vão se reunir na próxima semana com representantes do município de São Luís, para tratar da participação da fazenda municipal, na primeira Semana de Execuções Fiscais. Depois da 9ª Vara, o evento ocorrerá nas 8ª e 10ª Varas da Fazenda da capital, em data ainda a ser definida.

O juiz Raimundo Nonato Neris explicou que serão incluídos, na Semana de Execuções, que ocorre em maio, processos que tramitam na 9ª Vara da Fazenda, referentes aos principais tributos estaduais e municipais, como ICMS, IPVA e IPTU. Além das ações judiciais selecionadas pela própria vara, também poderão ser incluídos outros processos a pedido dos devedores. Quem tiver interesse de, espontaneamente, firmar acordo e quitar suas dívidas poderá procurar a secretaria da unidade judiciária, de segunda a sexta-feira, para solicitar a participação no evento de conciliação. A vara funciona no 7º andar do Fórum de São Luís.

O procurador-geral, Rodrigo Maia Rocha, parabenizou a iniciativa do Judiciário com o programa e garantiu que o Maranhão tem todo o interesse em participar da Semana de Execuções Fiscais. “Essa primeira experiência servirá como projeto piloto”, disse o procurador.

Facilidade - Marcellus Ribeiro explicou que o objetivo do governo estadual não é apenas o recolhimento espontâneo dos tributos, mas também reduzir o acervo de processos de execuções fiscais, pelo que se propõe a firmar acordos com os devedores, participando ativamente da semana de conciliação. O secretário garantiu que designará servidor do órgão para utilização, no local da audiência, do programa Sefaznet, sistema eletrônico disponibilizado na internet para realizar serviços e obrigações tributárias. A medida facilitará a realização de acordos, com o cálculo do débito de tributos e a proposta aos devedores quanto à forma de pagamento, tudo feito na própria audiência.

Lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça em fevereiro deste ano, o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais terá seu lançamento no Maranhão, na próxima segunda-feira (30/3) pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. A iniciativa visa auxiliar os juízes a implantarem medidas de organização e gestão estratégica dos processos de execução fiscal, estimulando a utilização da prática Conciliação Fiscal Integrada, do Programa Conciliar é uma Atitude, da Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal, premiada pelo CNJ. A proposta é adaptar essa prática às realidades locais, para a redução do acervo processual da unidade judiciária, com a consequente recuperação do crédito público.

